

Introdução

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM LÍNGUAS AMAZÔNICAS

Este volume apresenta oito estudos sobre estratégias de relativização em algumas línguas Amazônicas selecionadas. Muito embora o volume não se proponha a ser exaustivo, abrange vários temas importantes na tipologia lingüística de cláusulas relativas (REL). O primeiro é o grau de gramaticalização de cláusulas REL, isto é, a especificidade estrutural do sistema de marcação que estabelece a distinção entre essas cláusulas e cláusulas matrizes ou outros tipos de cláusulas subordinadas. As línguas tratadas aqui cobrem uma gama considerável que vai desde distinções relativamente pequenas entre cláusulas REL e cláusulas matrizes, passando por um contraste explícito entre cláusula matriz e todos os tipos de cláusulas subordinadas, até o surgimento de estratégias variáveis de ‘recuperabilidade’ que ajudam a processar a função de caso do argumento ‘ausente’ dentro da cláusula REL.

O segundo é o grau de encaixamento ‘clássico’ da cláusula REL dentro da cláusula matriz. Aqui, encontra-se, frequentemente dentro da mesma língua, núcleos externos modificados por uma cláusula REL adjacente, núcleos internos marcados para caso somente para sua função dentro da cláusula REL, e uma variedade de extraposições, deslocamentos, repetições e construções sem núcleo ou com núcleo interno. E essas conhecidas variações pragmáticas de ordem interação, por sua vez, com a gramática de diferenciação de papel de caso.

Em terceiro lugar, encontra-se o grande tema da nominalização de cláusulas subordinadas. Esse grande traço tipológico divide as línguas entre extremamente nominalizadoras – aquelas que nominalizam todas as cláusulas subordinadas – extremamente finitas, e todas as possibilidades de gradação entre elas. A pequena amostragem de línguas no volume tende, ao menos historicamente, em direção ao ponto de extrema nominalização, mas em diferentes graus e diferente profundidade temporal do sistema prototípico. E até mesmo dentro de uma única língua, se pode observar ambos os extremos, com a estratégia de nominalização diacronicamente mais antiga alternando com a, presumivelmente mais recente, estrutura de cláusula REL mais finita.

O artigo de Eduardo Rivaíl Ribeiro, “Cláusulas subordinadas em Karajá”, descreve uma estratégia cindida. Para a função de sujeito e de objeto direto, uma quantidade mínima de mecanismos especializados é usada, de modo que a cláusula REL assemelha-se à cláusula matriz, exceto por apresentar acento no final da cláusula (conseqüentemente também no final do verbo). Se isso é mais um fenômeno segmental que entoacional, é uma questão a ser examinada ainda, visto que é, até certo ponto, remanescente da entoação elevada em posição não final das cláusulas REL em uma língua de Verbo final (V-final). Quando o núcleo ocupa uma função oblíqua na cláusula matriz, a posposição aparece na posição do SN final – também V-final já que essa língua é SOV com a ordem N-REL – na cláusula REL. Enquanto esse traço pode se tornar, potencialmente, parte da marca de relativização de função oblíqua, não é claro que já tenha assumido esse papel. Em vez disso, os vários tipos oblíquos são marcados com pronome resumptivo, marcado por uma posposição (como no Hebraico moderno).

O artigo de Ana Vilacy Galucio, “Relativização na Língua Sakurabiat (Mekens)”, descreve cláusulas REL nominalizadas. A relativização de sujeito recebe marcação zero. As várias outras funções podem ser marcadas por dois sufixos verbais nominalizadores, um para objeto direto, o outro para genitivo. Este sistema tem o potencial para ir em direção ao sistema Filipino clássico, mas pode, também, representar os estágios finais de colapso de um sistema como esse.



O artigo de Carmen Lucia R. Rodrigues, “Relativização em Xipaya (Tupi)”, descreve um sufixo verbal (ou clítico) subordinador comum a cláusulas REL e outros modificadores do nome. Nenhuma provisão morfológica é feita para distinguir cláusulas relativas de SUJ de cláusulas relativas de OBJ. No entanto, mecanismos de ordem das palavras, tais como, extraposição ou deslocamento, podem desempenhar um papel na marcação de tal distinção. A ordem das palavras dentro da cláusula REL pode também desempenhar um papel aqui, distinguindo entre o ‘X que Y matou’ e o ‘X que matou Y’.

O artigo de Sidi Facundes, “Estratégias de relativização em Apurinã (Aruak)”, descreve uma língua OSV ‘básica’, um dos tipos de ordem de palavras supostamente ‘impossível’. O subordinador da cláusula REL, talvez um nominalizador historicamente, pode diferenciar entre funções de sujeito, objeto direto e oblíquo, mas o subordinador/nominalizador passivo também pode marcar a relativização de objeto direto, consequentemente dando origem à forma subordinada alternativa para cláusulas transitivas.

O artigo de Hein van der Voort, “Construções atributivas em Kwaza”, descreve outra língua nominalizadora, e uma na qual o nominalizador não funciona para distinguir as várias funções de casos. Uma interação interessante com o extenso sistema de classificação nominal pode, no final, contribuir para a estratégia de ‘recuperabilidade’ de função de caso, em relativização, mesmo que não ocorra dessa forma ainda.

O artigo de Sergio Meira, “Orações relativas em línguas Karib”, lida com uma variedade de estratégias de relativização dentro de uma mesma família. Cláusulas REL nominalizadas são, sem dúvida, o padrão diacrônico mais antigo nesta família extremamente nominalizadora e, podem, na verdade, ser usadas para diferenciar as funções de caso envolvidas. Mas o surgimento, provavelmente mais tardio, de subordinador invariante de cláusula REL é também observado em algumas línguas, com vários graus de perda da estrutura nominalizada antiga, e daí vem o surgimento de nova estratégia para diferenciação de funções de caso em cláusulas REL.

O artigo de Pilar Valenzuela, “Aspectos morfosintacticos de la relativizacion en Shipibo-Konibo (Pano)”, é a descrição de uma língua Pano bastante típica. Ainda que cláusulas subordinadas sejam historicamente nominalizadas (ou tomem a forma de “participio”), os morfemas nominalizadores não atuam na estratégia de diferenciação de funções de caso. Ao contrário, a estratégia *default* simples é empregada, combinando uma forte marcação de caso nominal dos argumentos sobreviventes com uma ordem SOV, relativamente rígida, e com o papel do argumento ausente sendo inferido a partir do que está faltando, do que está explicitamente lá e do tipo de verbo (como em Japonês). Sub-estratégias alternativas de não encaixamento são também possíveis, incluindo construções de “núcleo interno”, nas quais a cláusula inteira funciona como uma frase nominal (como em Bambara).

Denny Moore, em “Cláusulas relativas em Gavião de Rondônia”, revela outra situação de cláusulas relativas nominalizadas. Desta vez, os nominalizadores podem ser, historicamente, pronomes antigos que diferenciam, no máximo, entre argumentos concretos e abstratos. A diferenciação das funções de caso – sujeito vs. objeto vs. oblíquo – não é bem apoiada por tal sistema, e muitas cláusulas REL permanecem, ao menos potencialmente, ambíguas.

Embora obviamente não tenha o propósito de ser exaustiva, dada a imensa área da Amazônia, essa coleção, todavia, nos proporciona uma intrigante visão de grandes temas tipológicos, que se apresentam em uma amostra pequena de línguas Amazônicas. Ainda que restrita, essa amostra consegue ter sucesso, tanto em instruir quanto em abrir o apetite.

T. Givón
University of Oregon, Eugene, Oregon
White Cloud Ranch Ignacio, Colorado



Introduction

RELATIVIZATION STRATEGIES IN AMAZONIAN LANGUAGES

This volume presents eight studies of relativization strategies in selected Amazonian languages. While it could not be comprehensive, it nonetheless ranges over several major themes in the cross-linguistic typology of relative clauses. First is the degree of grammaticalization of REL clauses; that is, the structural specificity of the marking system that makes such clauses distinct from either main clauses or other types of subordinate clauses. The languages treated here cover a considerable range between relatively little distinction between REL- and main-clause, to a clear contrast between main clauses and all subordinate clauses, to the rise of variable ‘recoverability strategies’ that help computing the case-role of the ‘missing’ argument inside the REL clause.

Second is the degree of ‘classical’ embedding of the REL clause within the main clause. Here one finds, often in the very same language, external heads modified by an adjacent REL clause, internal heads case-marked only for their function within the REL clause, and a variety of extrapositions, dislocations, repetitions, and headless or internally-headed constructions. And these familiar pragmatic-order variations interact, on occasion, with the grammar of case-role differentiation.

Third, one finds the grand theme of subordinate-clause nominalization. This major typological feature divides extremely-nominalizing languages – those that nominalized all subordinate clauses – from extremely-finite ones, and any shade and gradation in-between. The small sample of languages in the volume tends, at least historically, towards the extreme-nominalizing end – but to different degrees and at different time-depths from the prototype. And even within a single language one can see both extremes, with the diachronically-older nominalizing strategy alternating with the presumable-more-recent more finite REL-clause structure.

Eduardo Rivail Ribeiro’s “Subordinate clauses in Karaja” describes a split strategy. For the subject and direct-object role, a minimal amount of specialized machinery is used, so that the REL-clause resembles the main clause – except for its clause-final (thus verb-final) stress. Whether this is a segmental rather than an intonational phenomenon remains to be seen, given that it is to some extent reminiscent of non-final raised intonation of REL-clauses in a V-final language. When the head occupies an oblique role in the main clause, the post-position appears at the NP-final – thus for this SOV language with N-REL order also a V-final – position in the REL clause. While this feature can become, potentially, part of the signal of oblique-roles relativization, it is not clear that it has so far. Rather, the various oblique types are marked with resumptive pronoun marked by post-position (à la modern Hebrew).

Ana Vilacy Galucio’s “Relativização na língua Sakurabiat (Mekens)” describes nominalized REL-clauses. Subject relativization is zero-marked. The various other roles may be marked by two nominalizing V-suffixes, one for direct-object, the other for genitive. This system has the potential for gravitating towards the classical Philippine system. But it may also represent the final stages of collapse of such a system.

Carmen Lucia R. Rodrigues “Relativização em Xipaya (Tupi)” describes a subordinator V-suffix (or clitic) common to REL-clauses and other noun modifiers. No morphological provision is made for distinguishing SUBJ from OBJ REL-clauses. However, word-order devices such as extraposition or dislocation may play a role in marking such distinction. Word-order inside the REL-clause may also play a role here, distinguishing between ‘the X

that Y murdered' and 'The X that murdered Y'.

Sidi Facundes' "Estratégias de relativização em Apurinã (Aruak)" describes a 'basic' OSV language, one of the presumed 'impossible' word-order types. The REL-clause subordinator, perhaps a nominalizer historically, can differentiate between subject, direct-object and oblique roles. But the passive subordinator/nominalizer may also mark direct-object relativization, thus the alternative subordinate form for transitive clauses.

Hein van der Voort's "Construções atributivas em Kwaza" describes another nominalizing language, one where the nominalizer does not function to distinguish the various case-roles. An interesting interaction with the extensive nominal-classifier system may ultimately contribute to case-role recoverability strategy in relativization, though perhaps not yet.

Sergio Meira's "Orações relativas em Línguas Karib" takes on the variety of relativization strategies within a single family. Nominalized REL-clauses are no doubt the diachronically-older pattern in this extreme-nominalizing family. And they may indeed be used to differentiate the case-roles involved. But the – probably later – rise of invariant REL-clause subordinators is also observed in some languages, with various degrees of loss of the old nominalized structure, and thus the rise of new strategies for case-role differentiation in REL-clauses.

Pilar Valenzuela's "Aspectos morfosintacticos de la relativizacion en Shipibo-Konibo (Pano)" is a description of a rather typical Panoan language. Although subordinate clauses are historically nominalized (or take a 'participial' form), the nominalizing morphemes play no part in the strategy of case-role differentiation. Instead, the simple default strategy is employed, combining strong nominal case-marking of the surviving arguments with a relatively rigid SOV order, with the role of the missing argument inferred from what is missing, what is overtly there, and the verb-type (a la Japanese). Alternative sub-strategies of non-embedding are also possible, including 'internal head' constructions where the entire clause functions as a noun phrase (a la Bambara).

Denny Moore's "Cláusulas relativas em Gavião de Rondônia" reveals another nominalized RE-clause situation. This time the nominalizers may be, historically, old pronouns that differentiate, at most, between concrete and abstract arguments. Case-role differentiation – subject vs. object vs. oblique – is not well supported by such a system, and many REL-clauses remain, at least potentially, ambiguous.

While obviously not intended to be comprehensive, given the massive spread of Amazonia, this collection nonetheless affords us an intriguing view of major typological themes as they reflect in a small sample of Amazonian languages. However restricted the sample, it succeeds in both instructing and wetting the appetite.

T. Givón
University of Oregon, Eugene, Oregon
White Cloud Ranch Ignacio, Colorado

